

Economia

O alerta de economistas sobre o fim da escala 6×1

Analistas temem efeito nas contas públicas de uma compensação tributária como a desoneração da folha de pagamento

Por Veruska Costa Donato | 11 fev 2026, 13h30 • Atualizado em 11 fev 2026, 13h42

VIVO



Alex Agostini
economista-chefe da Austin Rating

PEC do fim da escala 6x1 tramitará com celeridade na CCJ
Novo presidente da comissão afirmou que Motta solicitou prioridade ao tema

veja

O debate sobre o fim da escala 6×1 saiu das ruas e entrou de vez no campo da macroeconomia. A proposta, que tem forte apelo popular, agora esbarra em um velho conhecido do brasileiro: o risco fiscal. Especialistas alertam que uma eventual mudança tributária para compensar a jornada menor de trabalho atingiria diretamente a Previdência e um Orçamento já descrito como “praticamente estrangulado”. Em um ambiente de juros elevados, qualquer perda de arrecadação pode significar mais emissão de dívida — e dívida mais cara. É o tipo de movimento que alimenta um ciclo de instabilidade que o país conhece bem.

Improviso eleitoral

Para Josias Bento, especialista em investimentos (GT Capital), o tema não pode virar um improviso eleitoral. “Esse tema da escala seis por um, o governo e todo o setor

produtivo a gente não pode ficar simplesmente correndo atrás do rabo... e não resolver o problema real do Brasil”, afirma. Ele acredita que a proposta pode ser aprovada ainda neste ano, mas defende planejamento. “Não dá para ser aprovada muito rápido. Precisa ter um planejamento para isso.” Na visão dele, uma saída seria dividir a mudança em “tranches”, começando em 2026 e avançando até 2028, para que empresas e trabalhadores se adaptem sem choque abrupto nos custos.

Produtividade baixa

A preocupação central está na produtividade. O Brasil ocupa a 62ª posição no ranking mundial, desempenho muito inferior ao de países europeus que já adotam jornadas mais curtas. “A gente colocar uma escala quatro por três ou cinco por dois e as horas trabalhadas forem divididas ao longo do ano... para não prejudicar também a produtividade das empresas”, sugere Josias. Ele lembra que empresários devem pressionar por redução de impostos para ganhar fôlego e contratar mais mão de obra, mas questiona se a mudança será estrutural ou apenas uma resposta ao calendário político. “Estamos fazendo uma reforma só daquele ano eleitoral para o lado A... ou porque isso não é sustentável?”

Setores mais atingidos

Na mesma linha, **Alex Agostini, economista da Austin Rating**, vê limites claros para o impacto positivo da medida. “É um desejo de consultar os trabalhadores... só que, como se conquista isso? Uma mudança estrutural da macroeconomia”, afirma. Segundo ele, o Brasil costuma alterar a estrutura fiscal pelo lado da arrecadação, não pelo corte de despesas — o que agrava o desequilíbrio. “A aprovação até pode acontecer... mas o efeito positivo para a economia não vai acontecer como desejado.” Para **Agostini**, com custo elevado de contratação e baixo nível de capacitação técnica, é difícil imaginar setores como shopping centers, farmácias e postos de gasolina funcionando fora da lógica 6×1 sem perda de competitividade.

Discussão necessária

No fundo, a discussão sobre jornada revela um problema mais profundo: o país quer trabalhar menos sem antes produzir mais. E isso exige investimento pesado em infraestrutura, educação básica e capacitação técnica — responsabilidade que recai sobre o governo, mas também sobre as empresas. A tecnologia avançou, o retorno sobre capital no Brasil é alto, mas a reciclagem profissional ainda engatinha. O risco, alertam os economistas, é transformar uma pauta legítima em mais um capítulo de voluntarismo econômico. A conta, como sempre, chega depois.